



CONCURSO PÚBLICO

sem publicidade internacional

[Nos termos do art.º130º e seguintes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo
Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação]



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

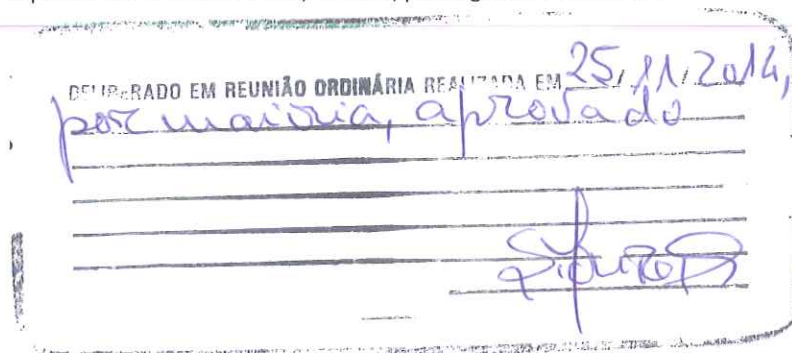
Aluguer Operacional de uma VIATURA COMBINADA LIMPA FOSSAS

Procedimento com a referência:

25 2014 DAG-C CP AluguerOperacional

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 190.500,00 Euros, para vigência de 30 meses

O Presidente da Câmara
(João Duarte Anastácio de Carvalho)





PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE

Artigo 1º - Identificação do concurso.....	4
Artigo 2º - Entidade adjudicante.....	4
Artigo 3º - Órgão que tomou a decisão de contratar.....	4
Artigo 4º - Consulta e fornecimento das peças do procedimento.....	5
Artigo 5º - Esclarecimentos e retificações.....	5
Artigo 6º - Concorrentes.....	6
Artigo 7º - Prazo para apresentação das propostas.....	6
Artigo 8º - Proposta.....	7
Artigo 9º - Documentos que acompanham a proposta.....	7
Artigo 10º - Idioma dos Documentos que constituem a proposta.....	9
Artigo 11º - Propostas variantes.....	9
Artigo 12º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	9
Artigo 13º - Critério de adjudicação.....	9
Artigo 15º - Documentos de habilitação.....	9
Artigo 16º - Modo de prestação da caução.....	10
Artigo 17º - Possibilidade de adoção de um ajuste direto.....	11
Artigo 18º - Lista dos candidatos.....	11
Artigo 19º - Análise das propostas.....	11
Artigo 20º - Relatório Preliminar.....	11
Artigo 21º - Audiência Prévia.....	12
Artigo 22º - Relatório final.....	12
Artigo 23º - Notificação da decisão de adjudicação.....	12
Artigo 24º - Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário.....	12
Artigo 25º - Preço anormalmente baixo.....	12
Artigo 26º - Despesas e encargos.....	12



Município da Lourinhã
Câmara Municipal

25 2014 DAG-C CP AlugerOperacional

ANEXO A - MINUTA DA PROPOSTA	14
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO	15
[a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 57.º do CCP].....	15
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO	18
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]	18



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º – Identificação do concurso

O presente concurso público sem publicação no JOUE denominado “Concurso Público Sem Publicidade Internacional” tem por objeto o “Aluguer operacional de uma viatura combinada Limpa Fossas de desobstrução de coletores” para a DSO – Coordenação Águas e Saneamento do Município de Lourinhã.

Artigo 2º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal da Lourinhã, abreviadamente designada CML, sita na Praça José Máximo da Costa, 2534-500 na localidade de Lourinhã.

Internet: <http://www.cm-lourinha.pt>

Endereço eletrónico: geral@cm-lourinha.pt

Telefax: (+351) 261 410 108

Telefone: (+351) 261 410 120/100

Artigo 3º - Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi tomada pelo Órgão Executivo em reunião ordinária n.º 25/2014, de 25/11/2014, órgão competente para autorizar a despesa, ao abrigo do disposto do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2. A Câmara Municipal da Lourinhã, na sua reunião ordinária nº 24 realizada em 11/11/2014, deliberou emitir a autorização da assunção do compromisso plurianual, à contratualização do aluguer operacional de uma viatura combinada Limpa Fossas.



Artigo 4º - Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública Gatewit, com o seguinte endereço eletrónico:
<https://www.compraspublicas.com>
2. O acesso às peças do concurso, através da plataforma referida nos números anteriores, implica a prévia adesão do interessado à mesma, que deverá ser realizada através do Centro de Apoio Técnico da empresa GATEWIT - CONSTRULINK - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A. através do telefone 707 501 500, entidade que gere o domínio <http://www.compraspublicas.com> e que é totalmente responsável pela disponibilização dos elementos necessários e auxílio na credenciação dos interessados.
3. No caso de o interessado já se encontrar registado na plataforma eletrónica, o ponto anterior do presente artigo não se aplicará.
4. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, preferencialmente através da plataforma eletrónica e através de correio eletrónico, nos termos do disposto nos artºs 467 a 469 do Código dos Contratos Públicos.
5. Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no portal www.compraspublicas.com.
6. Encontra-se disponível, no portal referido no número anterior, um manual de utilização da plataforma eletrónica destinado a apoiar a participação de todos os interessados no procedimento.

Artigo 5º – Esclarecimentos e retificações

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da responsabilidade do Júri do procedimento nomeado para efeitos deste concurso, no âmbito das competências definidas no artigo 69º do CCP, conjugado com o artigo 50º do mesmo diploma, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimentos através da plataforma eletrónica www.compraspublicas.com, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere a alínea anterior serão prestados, pela mesma via, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e notificados



- a todos os interessados que adquiriram as peças do procedimento, sendo igualmente disponibilizados em www.compraspublicas.com.
3. O Júri do Procedimento nomeado para efeitos deste concurso pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
 4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
 5. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto no n.º 3 do presente artigo, o prazo fixado para apresentação de propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
 6. A decisão de prorrogação do prazo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados

Artigo 6º – Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidaria.
5. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que não cumpram qualquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 7º – Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas serão entregues até às 23h59m do 12.º dia a contar da data de envio do anúncio do procedimento ao Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, pelos concorrentes ou pelos seus representantes, no portal www.compraspublicas.com.



2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no nº 1 do presente artigo.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 8º – Proposta

1. A proposta de preço será elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO A (MINUTA DA PROPOSTA), indicando, o concorrente, o preço total que terá de ser inferior ao preço máximo definido nos termos da Clausula 3.ª do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta, por inaceitabilidade da mesma.
2. A proposta será assinada pelo concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
3. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 9º – Documentos que acompanham a proposta

- 1 - A proposta será acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** ao presente Programa de Procedimento do qual faz parte integrante. Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar.



- b) Lista de preços unitários ***preenchida de acordo com o Formulário da Proposta / Candidatura***, disponível na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço www.compraspublicas.com;
 - c) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt).
 - d) Proposta de manutenção e assistência técnica do LIMPA FOSSAS, incluindo a localização da rede de assistência;
 - e) Plano de formação de pessoal de operação e manutenção, conforme exigido no Caderno de Encargos;
 - f) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento;
 - g) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para melhor apreciação da proposta (catálogos, desenhos e restantes elementos discriminativos das características de todo o equipamento, devidamente identificados em função do que é solicitado no caderno de encargos).
2. Todos os documentos que instruem a proposta devem ser assinados eletronicamente através de certificado de assinatura digital qualificada para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 27.º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho e números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante;
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
4. O não preenchimento do formulário referido na alínea b) do n.º 1 é motivo de exclusão da proposta, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho. As respostas dadas no formulário referido serão considerados apenas para o efeito do n.º 1 e 2 do artigo 13º do mesmo diploma, não sendo considerado como documentos que contenham os atributos da proposta.



5. A proposta e os documentos que a acompanham deverão ser apresentados como descrito nos artigos anteriores do Programa de Concurso, sob pena de exclusão.

Artigo 10º – Idioma dos Documentos que constituem a proposta

Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada;

Artigo 11º – Propostas variantes

- 1 – Não é admitida a apresentação de propostas variantes, cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.
- 2 – São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

Artigo 12º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 13º – Critério de adjudicação

- 1 – A adjudicação será feita segundo o critério – o do mais baixo preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15º – Documentos de habilitação

1. O prazo de apresentação dos documentos de habilitação é de **2 (dois) dias úteis** a contar da data de notificação de adjudicação na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço www.compraspublicas.com.
2. Sempre que se verifiquem irregularidades na apresentação dos documentos de habilitação que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **2 (dois) dias úteis** se pronunciar, por escrito, relativamente ao qual o facto ocorreu, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP;



3. Em função das razões invocadas e caso tais irregularidades se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, deverá o mesmo suprimir as irregularidades detetadas no prazo de **2 (dois) dias úteis**, sob pena de caducidade da adjudicação, conforme disposto no n.º 3 do citado artigo 86.º do CCP.
4. O adjudicatário tem de apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo II** ao presente Programa de Procedimento do qual faz parte integrante;
 - b) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b), d), e) e i) do art.º55º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação.
 - i. Documentos comprovativos da identidade dos outorgantes que têm poderes para obrigarem a entidade adjudicatária, nomeadamente: cartão de identificação de pessoa coletiva ou de empresário em nome individual, o cartão do cidadão ou o bilhete de identidade o número de identificação fiscal e a Ata ou Procuração com poderes para o ato.
5. Quando os documentos a que se refere a alínea b) do n.º 4 se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa¹.
6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 4, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do C.C.P.
7. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
8. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
9. Os documentos de habilitação serão apresentados de modo idêntico ao da apresentação da proposta.

Artigo 16º – Modo de prestação da caução

¹ Declaração de consentimento para consulta *on-line*, nos termos do Decreto-Lei nº 114/2007, de 19 de Abril



1. Nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP, não é exigível a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a EUR200 000.
2. A Câmara Municipal da Lourinhã, se o achar conveniente, procederá à retenção de até 10% dos valores dos pagamentos a efetuar, nos termos do nº 3 do artigo 88º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Artigo 17º – Possibilidade de adoção de um ajuste direto

Caso se justifique, existirá a possibilidade de adoção de um ajuste direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Artigo 18º – Lista dos candidatos

1. O júri do concurso, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 19º – Análise das propostas

1. O júri do concurso analisa as propostas para efeitos de adjudicação tendo em consideração o critério de adjudicação referido no art.º 13º do presente programa de procedimento.
2. A análise das propostas é efetuada com base nos documentos que constituem a proposta.

Artigo 20º – Relatório Preliminar

1. O júri, após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, elaborará fundamentadamente um relatório preliminar, propondo a ordenação das referidas propostas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor a



exclusão dos concorrentes relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 21º – Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis, nos termos do n.º 1 do artigo 147.º do CCP.

Artigo 22º – Relatório final

Terminada a audiência prévia, o júri elaborará um relatório final fundamentado, de acordo com o definido no CCP. O referido relatório, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 23º – Notificação da decisão de adjudicação

O órgão competente para a decisão de contratar notificará todos os concorrentes da decisão de adjudicação, acompanhado do relatório final de análise das propostas ou da decisão de não adjudicação e respetivos fundamentos.

Artigo 24º – Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo.

Artigo 25º – Preço anormalmente baixo

A partir de 50%, o preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo, para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57º do CCP.

Artigo 26º – Despesas e encargos

São encargos dos concorrentes, as despesas inerentes ao procedimento, em particular, as despesas e encargos inerentes à prestação da caução e celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.



ANEXOS



ANEXO A - MINUTA DA PROPOSTA

_____ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento para _____, a que se refere o anúncio datado de ____/____/_____, obriga-se a celebrar o contrato em conformidade com o Caderno de Encargos respetivo e nas seguintes condições:

a) PREÇO UNITARIO (expressos em euros, por extenso e algarismos e sem IVA):

- Preço mensal do aluguer: € _____;

b) PREÇO TOTAL (expressos em euros, por extenso e algarismos e sem IVA): € _____ (Preço Total é igual à soma dos Preços mensais de aluguer multiplicado por 30 mensalidades):

c) VALOR ESTIMADO DO EQUIPAMENTO AQUANDO DO ÍNICIO DO ALUGUER: € _____

d) PRAZO DE ENTREGA: _____ dias;

A todas as quantias acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

Data

Assinatura



ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

Corrigido conforme redação dada pelo DL n.º 149/2012, de 12 julho

Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 57.º do CCP]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que se junta em anexo (³):
 - a) ...
 - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (⁴) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (⁵)] (⁶);
 - c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (⁷) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (⁸)] (⁹);
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (¹⁰);
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (¹¹);



- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código; ⁽¹²⁾;
 - g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória ⁽¹³⁾;
 - h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;
 - i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.



7. O declarante tem ainda pelo conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), ... [assinatura (¹⁸)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
 - (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
 - (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
 - (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
 - (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
 - (6) Declaração consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
 - (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
 - (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
 - (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
 - (10) Declarar consoante a situação.
 - (11) Declarar consoante a situação.
 - (12) Indicar se, entretanto, decorrer o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
 - (13) Indicar se, entretanto, decorrer o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
 - (14) Declarar consoante a situação.
 - (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
 - (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
 - (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

Corrigido conforme redação dada pelo DL n.º 149/2012, de 12 julho

Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);



f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local),... (data), ... [assinatura (11)]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (3) Indicar-se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar-se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

NOTA: Sem qualquer prejuízo da Declaração em conformidade com o modelo a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º com as alterações decorrentes da redação que foi dada ao Anexo II do Código dos Contratos Públicos pelo DL n.º 149/2012, de 12 julho, este modelo reflete as seguintes retificações:

- i. As alíneas a) e d) do n.º 1 do modelo constante do Anexo II ao CCP, por lapso do legislador, não refletem, até ao momento, as alterações introduzidas nas alíneas a) e g) do artigo 55º pelo DL n.º 278/2009, de 2 de outubro. Tal lapso é manifesto no que toca à redação da alínea d) do n.º 1 do modelo constante do Anexo II ao CCP, uma vez que a disposição correta deixou de ser o artº 627º, n.º 1, alínea b), passando a ser o artigo 562º, n.º 2, alínea b) do Código do Trabalho.
Nesta medida, na Declaração, em anexo, as referidas alíneas foram retificadas de forma a refletirem respetivamente o disposto nas alíneas a) e g) do artigo 55º do CCP.
- ii. A alínea c) do n.º 1 do modelo constante do Anexo II ao CCP por lapso do legislador- ainda não retificado – está incorreta, não fazendo sentido que os concorrentes declarem que foram objeto "...de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código,...", o que aliás se pretende evitar e constitui impedimento de participação em procedimentos concursais. Atento o exposto, na declaração, em anexo, foi retificada para "Não foi objeto de aplicação da sanção acessória...", a que aquela alínea se refere.